

ANÁLISE DE PADRÕES EM DEFINIÇÕES LEXICOGRÁFICAS DE VOCÁBULOS QUE DESIGNAM CORES: CONTRIBUIÇÕES DA SEMÂNTICA COGNITIVA

Cristine Henderson Severo*

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise das principais características encontradas em vocábulos que designam cores em dois dicionários da língua portuguesa: o dicionário Houaiss (2001) e o dicionário Aurélio (1999). A perspectiva teórica que subjaz nossa análise centra-se nos estudos de Dubois (1997, 2000, 2006) sobre a conceitualização das cores no quadro da semântica cognitiva, além das considerações de Krieger & Finatto (2004) e Weinreich (1984) sobre a definição lexicográfica. O corpus escolhido consiste nas seguintes cores básicas: amarelo, azul, branco, preto, vermelho e verde. Os resultados obtidos mostram que não parece haver um padrão similar entre as definições.

PALAVRAS-CHAVE: Definição lexicográfica - Semântica Cognitiva - cores básicas

ABSTRACT: This paper proposes an analysis of the main characteristics found in words that assign colours in two dictionaries of the Portuguese language: the Houaiss dictionary (2001) and the Aurélio dictionary (1999). The theoretical perspective that undergoes our analysis is centred in the studies by Dubois (1997, 2000, 2006) about the conceptualisation of the colours considering the cognitive semantics frame, besides the considerations made by Krieger & Finatto (2004) and Weinreich (1984) about the lexicographical definition. The corpus consists in the following basic colours: yellow (amarelo), blue (azul), white (branco), black (preto), red (vermelho) and green (verde). The obtained results show that it doesn't seem to exist a similar standard among the definitions.

KEY-WORDS: Lexicographical definition - Cognitive Semantics - basic colours

0. Introdução

Parece haver um consenso sobre o fato de que construir uma definição requer o pleno conhecimento do objeto a ser definido. Parece também haver um consenso de que a definição precisa expressar esse conhecimento de forma objetiva, sendo, de preferência, ilustrada por equivalentes, exemplos ou comentários adicionais. Isto é, uma definição pode ser entendida como

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialidade: Teoria e Análise Linguística, Linha de Pesquisa: Gramática, Semântica e Léxico.

um texto que traz um repertório de informações particulares sobre um objeto: sua forma, sua função, seu uso, sua delimitação, etc. A construção de uma definição parece consistir, assim, em *definir* os limites que um determinado objeto possui em relação a outros objetos.

Por exemplo, sabemos que *rádio* é um aparelho através do qual podem ser emitidos e recebidos somente sons, ao contrário de uma TV, que também transmite imagens. Um rádio pode ter vários formatos: podem ser portáteis, podem ocupar o espaço de um móvel e ter caixas de som, ou ainda podem estar acoplados em outros aparelhos, como um telefone celular. O mesmo item utilizado para designar esse objeto, *rádio*, também designa a estação de rádio, que pode ser sintonizada não apenas pelo aparelho descrito acima, mas através da Internet. *Rádio* também pode designar a empresa ou o estúdio em que os radialistas trabalham. Assim, ao se construir uma definição para o item *rádio*, essas informações deverão aparecer.

Pensemos agora a construção de uma definição para um item como *vermelho*. Primeiramente, podemos nos perguntar: o que é *vermelho*? Trata-se de uma tonalidade comum, conhecida, que parece estar entre a tonalidade *marrom* e a tonalidade *rosa*. Em que situações utilizamos essa cor? Para nos referirmos aos objetos que contêm essa cor (*vestido vermelho*), para nos referirmos a uma pessoa irritada (*vermelho de raiva*), a uma comunidade ou um indivíduo que defende o comunismo (*partido vermelho*), entre outras situações. Mas como podemos diferenciar a tonalidade *vermelho* de uma tonalidade como *azul*? Podemos dizer que *vermelho* é a coloração encontrada na pedra rubi, considerando todas as suas gradações, e que *azul* não é encontrado na mesma pedra, mas é a cor do mar ou do céu.

Comparando a maneira como as definições de *rádio* e de *vermelho* foram construídas, vemos que as informações sobre os itens lexicais não parecem ser caracterizados da mesma forma. Enquanto para o item *rádio*, a definição teve como ponto de partida a descrição do objeto ao qual costumamos nos referir como *rádio*, para o item *vermelho*, a definição baseou-se na comparação com objetos ou certos elementos da natureza que contêm aquela cor.

Por outro lado, os estudos lexicográficos têm mostrado a incompletude dos dicionários vernaculares como uma forma de assinalar a necessidade de sistematização do conteúdo lexical mais acurada (cf. Weinreich, 1984, p.107). Em trabalhos anteriores, por exemplo, constatamos que, em certos dicionários vernaculares, existe uma certa contradição tanto em propor uma sinonímia entre itens que apenas se diferem no seu virtuem, como em propor uma sinonímia

parcial, sem uma prévia explicação (como no caso de haver sinonímia entre os verbetes *ébrio* e *beberrão*, mas não em relação ao verbo *alcoólatra*)¹.

É, portanto, objetivo deste trabalho uma análise de como o sentido lexical de seis cores básicas é expresso em verbetes de duas obras lexicográficas: o dicionário Houaiss (2001) e o dicionário Aurélio (1999). As cores básicas escolhidas para análise são: *amarelo*, *azul*, *branco*, *preto*, *vermelho* e *verde*. Como hipótese, supomos que as definições lexicográficas para vocábulos pertencentes ao mesmo campo semântico (neste caso, o das cores) contêm algum tipo de padrão similar e que apresentam uma espécie de remissiva coerente entre as definições. Desta forma, pretendemos contribuir para a prática lexicográfica, uma vez que analisaremos as características (e a pertinência dessas características) das definições lexicográficas atuais para os verbetes em estudo. Chamaremos de *verbeta* o bloco de texto que descreve um *vocábulo*; e de *acepção* "cada lexia particular do vocábulo em questão" (Polguère, 2003, tradução nossa, p. 200). Os dois termos, *verbeta* e *acepção*, serão também referidos ao longo deste trabalho sob o nome de *definição*. A definição será assim considerada o conjunto das partes que constituem o *verbeta* e, ao mesmo tempo, cada parte que constitui o mesmo conjunto.

Antes de darmos início à nossa análise, precisamos reconhecer algumas particularidades sobre a definição lexicográfica.

1. Sobre a definição: a elaboração e seus limites

Toda a definição "expressa um segmento de relações de significação de uma dada área do saber" (Finatto, 2003, p. 108). Cabe, então, ao dicionário vernacular reunir, no mesmo verbete, diversas definições, considerando a área do saber a que cada acepção corresponde. Mas como construir, para cada área do saber, a definição de um vocábulo?

A estrutura de uma definição clássica é reconhecida pela presença de duas categorias referenciais: o *gênero próximo*, que corresponde à parte de uma definição que expressa a classe a que pertence o ente definido, e a *diferença específica*, isto é, as particularidades que distinguem o ente definido em relação a outros de uma mesma classe (Finatto, 2003, p. 109).

¹ Chegamos a essa conclusão em um trabalho de 2005, intitulado "Análise das relações associativas em obras dicionarísticas: como o traço [+PEJORATIVO] inter-relaciona denominações de dependentes químicos" (In:

A definição com indicação do gênero próximo e diferença específica é entendida como uma *definição intensional*, tipo de definição admitida pelas recomendações da norma ISO 704 de 1987, que procuram garantir certa objetividade por parte do dicionarista no momento da formulação do enunciado (Finatto, 2003, p. 204). Outro tipo de definição também admitida pela mesma norma é a *definição por extensão*, que consiste na "enumeração dos entes a que se aplicaria uma designação" (Finatto, 2003, p. 204). A norma também recomenda que a definição deva seguir um padrão, deixando em segundo plano explicações adicionais.

Embora constituam um parâmetro útil para a observação de uma definição, a aplicação do padrão *gênero próximo + diferença específica* à definição de unidades lexicais que designam cores não produz definições adequadas. É o que temos quando propomos uma definição ao item lexical *vermelho*, seguindo a mesma estrutura: *tonalidade (gênero próximo) + que se assemelha à cor do sangue, da papoula ou do rubi (diferença específica)*. Se, por um lado, não parece haver dúvidas de que o gênero próximo desse item seja o de ser uma tonalidade, por outro, não é claro qual propriedade consiste na sua diferença específica. Até que ponto podemos afirmar que ser semelhante à cor do sangue é uma diferença específica de uma certa tonalidade? Por que as tonalidades percebidas no sangue, na papoula e no rubi consistem em matizes diferenciados de uma mesma cor?

Consideremos as definições atribuídas aos termos que expressam tonalidades manifestadas pelo vinho no âmbito da linguagem de especialidade conhecida como Análise Sensorial Enológica. Por exemplo, para um termo como *vermelho-rubi*, podemos construir a seguinte definição²: *tonalidade avermelhada dos vinhos tintos que se assemelha à cor do rubi e que se estabelece entre as tonalidades vermelho-violáceo e vermelho-tijolo. A tonalidade é indicativa de vinho jovem.*

A definição acima contém *gênero próximo (tonalidade)*, mas as informações que podem ser identificadas como *diferença específica* estão dispostas segundo um critério de prototipicidade das propriedades conceituais. Isto é, para que construíssemos uma definição como a exposta acima, os termos que expressam tonalidades do vinho, como *vermelho-rubi*, *branco*, *tinto*, etc., passaram primeiramente por um tratamento de descrição das propriedades conceituais,

tendo como embasamento teórico a semântica dos protótipos, versão *standard* (Kleiber, 1990) e as considerações de Danièle Dubois sobre o léxico visual. A partir da descrição realizada para o termo *vermelho-rubi*, a informação *indicativa de vinho jovem* foi considerada uma propriedade menos prototípica, uma vez que constitui um conhecimento restrito a enólogos e degustadores. Por isso, essa informação é expressa na definição em um plano mais afastado do que pôde ser considerado uma informação prototípica, como o fato de se tratar de uma *tonalidade avermelhada dos vinhos tintos que se assemelha à cor do rubi*. A partir da mesma descrição, a delimitação da categoria pôde ser colocada como parte de seu conceito, o que tornou precisa a localização desta categoria em relação ao espectro de matizes do vinho.

Ainda em relação a delimitação de uma categoria, precisamos estar atentos ao fato de que se trata de uma alternativa interessante para a definição de tonalidades. No artigo intitulado “Definição lexicográfica em semântica descritiva”, Weinreich expõe suas idéias sobre os critérios utilizados no ato de definir um vocábulo e diz que:

A consistência da lexicografia poderia ser melhorada se os autores de dicionários se ativessem ao pressuposto de que os termos de uma língua são, em geral, complementares. (...) Essa pressuposição sugere que o caso mais importante para se tratar em descrição semântica é aquele em que a significação de um termo acaba onde a de outro se inicia (WEINREICH, 1984, p. 107).

Ainda assim, essa informação não parece ser suficiente, pois "podemos aprender que *verde* fica entre *azul* e *amarelo*, assim como *escarlata* está entre *vermelho* e *azul*, sem saber se *verde* e *escarlata* cobrem segmentos iguais ou desiguais do espectro solar" (Weinreich, 1984, p. 108).

Assim, considerando os resultados obtidos com a descrição das propriedades conceituais de termos da linguagem enológica e a necessidade da delimitação de um item lexical, segundo as indicações de Weinreich, somos levados a outro ponto sobre a elaboração da definição: a descrição do sentido lexical.

² As definições para tonalidades do vinho na linguagem da Análise Sensorial Enológica foram estudadas e apresentadas em um trabalho monográfico de minha autoria.

Um problema que se instaura no ato de se definir um item lexical é quanto à ambigüidade do próprio termo *definição*. De acordo com as considerações de Rey (1979, p. 40), pode-se assumir que a definição implica a reunião de dois processos distintos, porém subseqüentes: o primeiro processo trata de uma espécie de descrição abstrata do sistema de distinções recíprocas, e o segundo, de uma espécie de descrição expressa lingüisticamente, considerando os resultados da operação lógica. Podemos identificar o primeiro processo como uma *descrição*; e o segundo processo, como uma *definição*.

Contudo, Rey (1979, p. 49) nota que há uma diferença ente descrição e definição. Rey afirma que a descrição abrange tanto as propriedades de um item lexical que o fazem distinguir de outro item (os traços característicos), como as propriedades que fazem desse item lexical reconhecível como elemento de uma determinada classe (os traços pertinentes). Porém, a definição lingüística tratará apenas dos traços pertinentes. Enquanto a definição trata apenas das propriedades que fazem com que um objeto x, como uma cadeira, seja identificado como uma cadeira, a descrição fica a cargo de todas as propriedades reconhecíveis do mesmo móvel.

As dificuldades encontradas em propor definições, independentemente da área temática a que os itens lexicais pertencem, parecem residir na falta de uma descrição das propriedades de cada item lexical e na inadequação de padrões definitórios que não abrangem as especificidades de cada item. Por isso, a descrição do sentido lexical de um item é entendida como uma etapa fundamental para a atribuição de uma definição.

Entretanto, vimos que apontar a diferença específica não é uma tarefa simples para todos os itens lexicais que designam cores. Essa impossibilidade revela que a estrutura da definição clássica não é adequada a esses itens lexicais e que a descrição das propriedades de cada item lexical se confirma como um estágio anterior e necessário ao estabelecimento de definições. Mas como podemos identificar a descrição utilizada para a definição lexicográfica nos dicionários vernaculares?

A Lexicografia é geralmente apontada como a "arte ou técnica de compor dicionários", que "ocupa um lugar histórico entre as disciplinas dedicadas ao léxico, pois milenar é sua atividade essencial" (Krieger & Finatto, 2004, p. 47). Comparando Lexicologia e Terminologia, Andrade (2001, p. 194, grifos meus) informa que: "a lexicografia parte de uma lista de palavras

(...) e passa a *descrevê-las semanticamente*, por meio das definições. O processo é semasiológico, parte da forma para o conteúdo."

A Lexicologia, sendo, portanto, descritiva, "tem por meta definir um vocábulo, caracterizando-o funcional e semanticamente, ou seja, tem por função decodificar" (Andrade, 2001, p. 194). Deste modo, podemos extrair das definições para cores algum tipo de descrição. Isto é, através da análise das definições, podemos identificar um determinado padrão na organização das informações que compõem uma definição. Esse padrão pode ser entendido como um reflexo da descrição utilizada para a elaboração da definição.

Ainda assim, se assumimos que a descrição (bem como a identificação de um padrão utilizado na definição) é necessária, não podemos nos esquecer de que a descrição é sempre feita a partir de um certo ponto de vista. Na seção seguinte, apresentamos alguns princípios da semântica cognitiva, que nortearão nossa análise.

2. Sobre a descrição do sentido: contribuições da semântica cognitiva

Vimos na seção anterior que a descrição parece ser prévia a qualquer tentativa de definição, na medida em que permite reconhecer quais são os traços característicos e quais os traços pertinentes de cada item lexical. Portanto, é necessário considerar a descrição das propriedades conceituais como ponto de partida para qualquer proposta de definição.

Todavia, é preciso entender que a descrição semântica influenciará a definição a ser proposta. Por exemplo, no quadro teórico da semântica cognitiva, o significado é considerado "natural e experiencial" (Oliveira, 2004, p. 34), construído "a partir de nossas interações físicas, corpóreas, com o meio ambiente em que vivemos" (Oliveira, 2004, p. 34). Logo, uma definição que se baseia apenas na descrição das propriedades físicas do objeto não é considerada suficiente.

Para a semântica cognitiva, a linguagem é entendida como um domínio da cognição humana. Sendo assim, a significação é estudada "como uma parte própria da cognição (...) em relação intrínseca com as capacidades cognoscitivas gerais" (Silva, 1999, p. 14), como a categorização e a conceituação. Isto é, entende-se que as categorias são formadas pelos indivíduos a partir de sua experiência no mundo. Os estudos psicolinguísticos de Rosch (Kleiber,

1990, p. 52) apontaram que a categorização no léxico ocorre a partir da semelhança com o protótipo de uma categoria.

Por exemplo, é mais fácil identificar o item PARDAL como pertencente à categoria PÁSSARO do que o item PINGÜIM. De acordo com a nossa experiência de mundo, PARDAL é um item mais representativo da categoria PÁSSARO. Tanto PARDAL como PINGÜIM possuem as propriedades que possibilitam classificá-los como categorias de PÁSSARO, mas PARDAL é identificado mais rapidamente. O grau de exemplaridade de um item corresponde ao seu grau de pertencimento à categoria: dizer que um exemplar é *melhor pássaro* ou *mais pássaro* do que outro significa que este pertence com maior intensidade à categoria (Kleiber, 1990, p. 52). É basicamente a partir dessas considerações que se desenvolve a *teoria dos protótipos* como um modelo de representação de conceitos³ no quadro da semântica cognitiva.

É por este motivo que o enfoque prototípico é considerado uma alternativa a uma análise segundo o modelo de condições necessárias e suficientes (doravante CNS). O pertencimento a uma categoria não é uma simples questão de *sim* ou *não*, mas um problema de graus. Isto é, o pertencimento de um elemento a uma categoria se estabelece com ajuste ao seu grau de similitude com o protótipo correspondente: os elementos são equiparados a partir de sua semelhança com o protótipo. Desta maneira, as categorias não são homogêneas, pois os membros não são equivalentes: alguns membros são mais prototípicos, outros membros são mais periféricos. Portanto, não se pode indicar facilmente os limites das categorias ou dos conceitos (Kleiber, 1990, p. 53).

Assim, para se fazer uma classificação, não é necessário saber se um item possui as propriedades comuns aos outros itens de uma categoria, mas saber se esse item se assemelha aos casos mais exemplares. Deste modo, podemos concluir que a descrição do sentido lexical, isto é, o evidenciamento das propriedades conceituais, é uma etapa necessária à definição, pois, se sabemos quais itens lexicais são mais representativos de uma categoria, temos condições de verificar como se compõe o conceito de cada item lexical.

³ Embora haja uma distinção relevante entre *significado*, *conceito* e *sentido*, principalmente no quadro teórico abordado, para fins de análise, esta distinção não será considerada. A neutralização dessa distinção não parece afetar a análise a que este trabalho se propõe. Por isso, essas noções serão entendidas, ao longo do trabalho, como equivalentes, uma vez que partimos do princípio de que a definição é resultado da descrição do sentido lexical (nos termos de Polguère, 2003, p. 204) de um vocábulo (ou *categoria*, nos termos da semântica dos protótipos).

Essa noção de categorização parece ser adequada como embasamento de uma análise do domínio das cores. Sabemos que cores como *carmim*, *encarnado* e *cereja* parecem muito mais tons de uma mesma tonalidade, do que propriamente uma tonalidade definida. Em outros termos, aquelas cores se parecem mais a gradações do mesmo tom vermelho, como se fizessem parte do mesmo conjunto, e não de tonalidades distintas. Chegando a esta conclusão, podemos nos perguntar: exatamente em que aspecto essas considerações podem ser úteis para a análise de definições para cores?

A abordagem baseada em protótipos é considerado uma alternativa aos traços necessários e suficientes, mas não aos traços semânticos em si mesmos. Para os adjetivos de cor, Kleiber informa que onde o modelo das CNS fracassa, a via prototípica fracassa igualmente: se vê obrigada a falar de valores focais ou a recorrer a comparações prototípicas (Kleiber, 1990, p. 66). Por isso, outras alternativas precisam ser buscadas para explicar este fenômeno.

Como vimos, os estudos sobre categorização lingüística, desenvolvida por Rosch (Kleiber, 1990, p. 52) e outros psicolingüistas, basearam-se nos dados obtidos na percepção visual. O fato de possuir uma determinada forma, um determinado tamanho, viver em um determinado hábitat e possuir um determinado comportamento são características que podem ser percebidas visualmente sem o auxílio de outro sentido. São propriedades que, independentemente de como o sujeito as *interpreta*, podem ser apontadas no mundo objetivamente sem haver a intervenção de impressões causadas no sujeito. Portanto, conclui-se que parece haver certa objetividade na descrição de propriedades constatadas visualmente.

Porém, Poitou & Dubois (1999, p.16) notam que esses estudos não tratam de categorias lingüísticas ou semânticas, mas de categorias de objetos pertencentes a uma realidade, sem considerar as atividades humanas e culturais que interferem na categorização e na conceituação. A semântica dos protótipos não parece dar conta desse aspecto subjetivo que leva à designação de uma determinada propriedade a não ser que seja tratado como outra propriedade do objeto a ser definido.

Poitou & Dubois (1999, p.2) entendem que a cor tem sido colocada como uma dimensão objetiva do mundo, que está fora do sujeito, como se pudéssemos descrever cada matiz simplesmente pelas suas características físicas, desconsiderando nossas impressões. Isto é, atribui-se aos diferentes matizes para a tonalidade *vermelho* características específicas, que

podem ser percebidas por qualquer pessoa, mesmo havendo possíveis diferenças individuais. Deste modo, a nomeação de uma cor é considerada uma atitude objetiva, em que as impressões visuais são deixadas à parte.

Por outro lado, os nomes para odores indicam a sensação obtida por alguém, já que não há muitos nomes para odores no léxico comum. Por exemplo, se um determinado produto possui o odor de *lavanda*, provavelmente este odor será denominado apenas como *lavanda*. Não há a criação de um novo nome para designar a sensação suscitada. Basta a indicação da fonte que permitiu que aquele odor fosse produzido ou com o qual aquele determinado odor se assemelha. Uma vez reconhecida a fonte, o nome para aquele odor é criado. O estudo do léxico olfativo comprova assim que a denominação é, ao menos em parte, determinada pelos efeitos que a sensação provocada por aquele odor causa no sujeito. Se o léxico olfativo possui essas características, é preciso reavaliar se o léxico visual se refere a uma dimensão puramente objetiva.

Para a nomeação de uma cor, o processo parece ser o mesmo à nomeação de um odor. Ao identificarmos uma tonalidade diferenciada, podemos denominar a tonalidade apenas associando-a a uma tonalidade mais básica ou comparando-a com um determinado elemento da natureza ou facilmente reconhecível pelo conjunto de falantes. Se fosse necessário identificar um tom de vermelho para a confecção de um vestido, por exemplo, tentaríamos identificar este tom a algum objeto que contém o tom de vermelho desejado, como *tomate*, *cereja*, *rubi*, etc. Mesmo pertencendo ao léxico visual, as cores não são facilmente distinguíveis apenas pela descrição de suas propriedades. Vemos assim que não parece haver objetividade na definição das cores.

Adjunge-se a essa constatação, o fato de, segundo Dubois (2005), as culturas não abstraírem da mesma maneira o conceito de uma cor. Em outro artigo (1997, p. 188), a autora cita um fato significativo: algumas culturas falam sobre as cores como se não fossem independentes do objeto. A língua Nabaka-ma'bo, falada na África Central, por exemplo, não apresenta um termo específico para a cor, tal qual temos no português, como vermelho, amarelo, roxo, etc. A experiência sensorial suscitada pela cor nunca é nomeada *per se*, mas sempre em associação com a identidade do falante, circunstâncias e tipos de lugares.

Este fato leva Dubois (2005) a concluir que a cor não é um primitivo perceptual, mas um “conceito, uma abstração, um conhecimento construído”, pois entende que a *percepção* “não é

um processo *bottom-up*, mas uma habilidade complexa dirigida por práticas culturais” (Dubois, 1997, p. 188, grifos da autora, tradução nossa). Assim, assumir a concepção de que toda a cor é um conceito implica dizer que a lexicalização dessa cor deriva de processos cognitivos. Isto é, podemos dizer que a lexicalização de uma tonalidade deriva de processos cognitivos individuais (baseados na experiência visual) e coletivos (originados na construção de conceitos pertencentes a uma determinada cultura). Entre os processos individuais, pode-se dizer que está a metáfora, ou seja, a comparação de um determinado matiz à coloração de um determinado elemento. Já entre os processos coletivos, baseados nos processos individuais, está a admissão da comparação feita acima pela comunidade.

Seguindo a mesma orientação, se o conceito de cor não é abstraído da mesma maneira, então, a redução da cor a um conhecimento fundado em uma teoria física da luz “ignora sua semântica” (Dubois, 2005, tradução nossa), que, do ponto de vista da autora, é baseada na prática e no conhecimento. Outros aspectos parecem confirmar essa observação: se o conceito de cor está fora do sujeito, como explicar que ainda podemos encontrar, no mesmo verbete, definições que não descrevem propriamente a cor que o termo designa? Pode ocorrer um processo de extensão do sentido, em que se torna difícil a identificação imediata da relação que o referente possui com a cor que o designa.

Tendo por base essas conclusões, a semântica cognitiva permite uma descrição mais abrangente do sentido léxico daqueles itens e, por esse motivo, instaura-se como o embasamento teórico de nossa análise da definição lexicográfica. Na próxima seção, apresentamos os procedimentos metodológicos que adotamos na pesquisa.

3. Procedimentos metodológicos

3.1 Do corpus

Os verbetes para cores escolhidos para análise são: *amarelo*, *azul*, *branco*, *preto*, *vermelho* e *verde*. Os verbetes foram escolhidos aleatoriamente, apenas considerando que esses itens parecem constituir um leque de cores básicas, isto é, parecem ser as primeiras cores a serem aprendidas e as mais rapidamente identificáveis, independentemente do nível cultural do falante. Como dissemos anteriormente, é nosso objetivo analisar como o sentido lexical dessas cores

básicas é expresso em verbetes de duas obras lexicográficas: o dicionário Houaiss (2001) e o dicionário Aurélio (1999).

3.2 Da análise

Pretendemos contribuir para a prática lexicográfica, uma vez que analisaremos as características (e a pertinência dessas características) das definições lexicográficas atuais para os verbetes em estudo. Para tanto, a análise que realizamos consiste em verificar como as acepções estão organizadas semanticamente, a partir das considerações da semântica cognitiva e as particularidades da definição lexicográfica. Após, verificaremos as principais características e faremos uma contagem desses dados. A partir dessa contagem, é nosso propósito analisar a maneira como as informações estão dispostas em cada verbete. É também nosso propósito, a comparação da disposição das informações em que se encontram os verbetes, de modo a confirmar nossa hipótese de que as definições lexicográficas para vocábulos pertencentes ao mesmo campo semântico (neste caso, o das cores) contêm algum tipo de padrão similar.

4. Análise dos dados

Nas seções anteriores, verificamos que, através da análise das definições, podemos identificar um determinado padrão na organização das informações que compõem uma definição. Esse padrão pode ser entendido como um reflexo da descrição utilizada para a elaboração da definição. Considerando o universo das cores, uma descrição baseada no quadro teórico da semântica cognitiva parece ser mais adequada. Portanto, mesmo que esta abordagem não tenha sido adotada para a elaboração das definições lexicográficas analisadas, é com base nos pressupostos da semântica cognitiva que analisaremos os padrões nos quais as definições parecem ser construídas.

Porém, como afirma Polguère (2003, p. 203), não podemos nos esquecer de que não existe uma maneira única de descrever os vocábulos da língua em um dicionário. Os dicionários se diferenciam não somente pelo modo de apresentação adotado, mas também pela própria informação que apontam sobre os vocábulos. Sendo assim, a construção de um padrão precisa ser geral o suficiente para se adequar a todas as definições de cores encontradas nos dicionários.

Decidimos, portanto, que nos basearemos em critérios estabelecidos através da análise das principais características encontradas nas definições lexicográficas. Na seção seguinte, procedemos ao estabelecimento desses critérios.

4.1 Características das definições para cores: estabelecimento de critérios

Tendo por finalidade estabelecermos os critérios utilizados para a análise das definições, fazemos a seguir uma revisão dos principais pontos discutidos anteriormente.

Para a semântica cognitiva, "o significado é natural e experiencial" (Oliveira, 2004, p. 34), construído "a partir de nossas interações físicas, corpóreas, com o meio ambiente em que vivemos" (Oliveira, 2004, p. 34). Sendo assim, uma definição para o verbete *azul*, como "Da cor do céu sem nuvens com o Sol alto" (Ferreira, 1999, p. 246), pode ser caracterizada como uma definição que faz uso da comparação para descrever o referente: a cor é comparada a algum elemento na natureza.

Poitou & Dubois (1999, p.2) concluem que a cor tem sido colocada como uma dimensão objetiva do mundo, que está fora do sujeito, como se pudéssemos descrever cada matiz simplesmente pelas suas características físicas, desconsiderando nossas impressões primeiras. Se assim o fosse, como explicar que ainda podemos encontrar, no mesmo verbete, definições que não descrevem propriamente a cor que o termo designa? Neste caso, ocorre o processo inverso ao identificado acima: em vez da cor ser comparada a algum elemento, é o elemento é que passa a ser comparado a uma cor ou referenciado como tal.

Considerando o verbete *amarelo* em Houaiss, esse processo pode ocorrer através de metonímia⁴, em que o todo é referido por uma parte, como em "guarnições, fechos ou objetos de metal amarelo (latão, cobre, etc.)" (Houaiss, 2001, p. 129), em sentenças como *Precisamos lustrar os amarelos*. Também pode ocorrer um processo de extensão do sentido, em que se torna difícil a identificação imediata da relação que o referente possui com a cor que o designa, como

⁴ Neste trabalho, entendemos metonímia como uma relação de sentido entre itens lexicais em que um deles representa o *todo* e o segundo representa a *parte* desse *todo*, como em *pétala/margarida*, *braço/corpo*, *roda/bicicleta* (Marques, 2003, p. 100) e outros. Quando dois itens estão em relação de hiponímia, em que se estabelece uma relação hierárquica entre um termo mais geral (denominado *superordenado* ou *hiperônimo*) e outro mais específico (*subordinado* ou *hipônimo*), podemos dizer "margarida (hipônimo) é uma espécie de flor (hiperônimo)". Já na relação estabelecida por metonímia não se pode dizer o mesmo. Isto é, não podemos dizer "margarida é uma parte da flor", mas podemos dizer "pétala é uma parte constitutiva de uma margarida" (Marques, 2003, p. 100).

na definição "que se descorou ou perdeu a cor" (Houaiss, 2001, p. 129), em sentenças como *Aquele indivíduo ficou amarelo com a notícia*.

Como vimos acima, Dubois (2005) defende que as culturas não abstraem da mesma maneira o conceito de uma cor. Se o conceito de cor não é abstraído da mesma maneira, então, a redução da cor a um conhecimento fundado em uma teoria física da luz "ignora sua semântica" (Dubois, 2005, tradução nossa), que, do ponto de vista da autora, é baseada na prática e no conhecimento. Encontramos um exemplo desse tipo de definição no dicionário Houaiss (Houaiss, 2001, 179). Para o verbete *amarelo*, uma das acepções apresentadas é a seguinte: "Cor que corresponde à sensação provocada na visão humana pela radiação monocromática cujo comprimento de onda é da ordem de 577 a 597 nanômetros". Temos, então, uma definição que tenta ser objetiva, mas que pode ser de difícil compreensão para leitores que desconhecem termos como *radiação monocromática*, *comprimento de onda*, *nanômetros* etc.

No artigo intitulado "Definição lexicográfica em semântica descritiva", Weinreich expõe suas idéias sobre os critérios utilizados no ato de definir um vocábulo e diz que "os termos de uma língua são, em geral, complementares. (...) Essa pressuposição sugere que o caso mais importante para se tratar em descrição semântica é aquele em que a significação de um termo acaba onde a de outro se inicia" (Weinreich, 1984, p. 107). No caso dos itens que designam cores, uma definição para *verde* é aquela que informa em que ponto do espectro solar situa-se essa cor. É o que verificamos na definição para *azul* em Houaiss: "cor que, no espectro solar, ocupa a área entre o verde e o violeta" (Houaiss, 2001, p. 364). Ainda assim, essa informação não parece ser suficiente, pois "podemos aprender que *verde* fica entre *azul* e *amarelo*, assim como *escarlata* está entre *vermelho* e *azul*, sem saber se *verde* e *escarlata* cobrem segmentos iguais ou desiguais do espectro solar" (Weinreich, 1984, p. 108).

A partir da análise da situação dos verbetes, podemos encontrar pelo menos seis características gerais. Essas características serão consideradas como critérios gerais para análise das definições lexicográficas para cores. Os critérios estabelecidos são apresentados abaixo:

(1) Metaforização: a acepção que se enquadra neste critério é aquela que compara a cor a um elemento da natureza, como na definição para o verbete *azul*: "Da cor do céu sem nuvens com o Sol alto" (Ferreira, 1999, p. 246);

(2) Metonímia: será considerada uma ligação por metonímia a acepção em que o todo é referido por uma parte, como em "guarnições, fechos ou objetos de metal amarelo (latão, cobre, etc.)" (Houaiss, 2001, p. 129);

(3) Extensão do sentido: quando a acepção não permite rápida identificação da relação que o referente possui com a cor que o designa, como na definição "que se descorou ou perdeu a cor" (Houaiss, 2001, p. 129);

(4) Objetiva: uma definição que tenta ser objetiva na sua descrição, como em "Cor que corresponde à sensação provocada na visão humana pela radiação monocromática cujo comprimento de onda é da ordem de 577 a 597 nanômetros" (Houaiss, 2001, 179);

(5) Gradação ou delimitação: tipo de definição que informa em que ponto do espectro solar situa-se uma determinada cor. É o que verificamos na definição para *azul* em Houaiss (2001, p. 364): "cor que, no espectro solar, ocupa a área entre o verde e o violeta";

(6) Sinonímia: embora não tenha sido prevista pelas observações acima, a sinonímia será entendida como uma possível característica da definição. Destarte, estamos entendendo que as relações de sentido que os itens lexicais estabelecem uns com os outros podem contribuir para sua definição de um termo. Encontramos um exemplo de definição que será considerada uma definição por sinonímia quando o dicionário apresenta equivalentes, como "louro, fulvo, dourado" para o verbete amarelo em Houaiss (2001, p. 179).

Cabe dizer que excluímos de nossa análise acepções que parecem distantes do que se pode considerar uma "definição verdadeira" (nos termos de Polguère, 2003, p. 205), como "diz-se dessa cor" ou "a cor x". Analisamos, portanto, acepções que parecem poder contribuir para a descrição do sentido lexical do vocábulo. Uma vez que os dicionários apresentam diferenças nas definições que um mesmo vocábulo pode ter como adjetivo ou como substantivo, optamos por fazer uma divisão entre as acepções ligadas ao substantivo e as ligadas ao adjetivo que o vocábulo que designa cor pode conter.

4.2 Levantamento dos dados

No quadro abaixo, apresentamos a quantidade de acepções existentes para substantivos em Houaiss (2001), considerando os critérios acima expostos:

Quadro 1 - As cores como substantivos em Houaiss

	amarelo	azul	branco	preto	verde	vermelho
(1) Metáfora	1	-	22	2	1	1
(2) Metonímia	2	-	14	6	4	4
(3) Extensão	3	1	7	2	2	2
(4) Gradação	-	1	-	-	-	-
(5) Objetiva	1	1	1	1	2	2
(6) Sinonímia	-	-	2	1	-	-

O quadro acima demonstra que, aparentemente, as definições para substantivos privilegiam definições baseadas em processos metafóricos ou metonímicos, como "a cor do piche" e "roupa de cor preta", ambas para *preto* (p. 2295). Por outro lado, percebemos que é utilizada apenas para o verbete *azul* uma definição que expressa uma gradação ou delimitação: "cor que, no espectro solar, ocupa a área entre o verde e o violeta" (p.364).

Seguindo os mesmos critérios, apresentamos abaixo a quantidade de acepções existentes para adjetivos em Houaiss (2001):

Quadro 2 - As cores como adjetivos em Houaiss

	amarelo	azul	branco	preto	verde	vermelho
(1) Metáfora	3	1	3	1	3	1
(2) Metonímia	1	2	5	2	4	3
(3) Extensão	2	1	10	4	11	1
(4) Gradação	-	-	-	1	1	-
(5) Objetiva	-	-	3	-	-	-
(6) Sinonímia	2	1	2	1	-	1

Já em relação aos adjetivos, as definições parecem estar predominantemente baseadas em extensões do sentido. Para o vocábulo *vermelho*, uma extensão do sentido é encontrada em "diz-se de ou indivíduo ou instituição da ex-URSS" (p. 2848). Além disso, ao contrário do que é constatado para substantivos, quando a o termo funciona como um adjetivo, uma definição objetiva é raramente encontrada. Para *branco*, encontramos como definição objetiva:

1. ÓPT Cujas cores são produzidas por reflexão, transmissão ou emissão de todos os tipos de luz conjuntamente, na proporção em que existem no espectro visível completo, sem absorção sensível, sendo, assim, totalmente luminoso e destituído de qualquer matiz distintivo. (...) 10. Aquecido ao ponto de incandescência. (...) 15 ALIM que foi processado, purificado ou beneficiado (HOUAISS, 2001, p. 504).

Após a análise dos verbetes em Houaiss, mostramos abaixo o quadro com levantamento das acepções para substantivos no dicionário Aurélio (Ferreira, 2001):

Quadro 3 - As cores como substantivos em Aurélio

	amarelo	azul	Branco	preto	verde	vermelho
(1) Metáfora	-	1	4	1	3	-
(2) Metonímia	-	3	5	-	5	1
(3) Extensão	2	1	7	1	3	2
(4) Gradação	1	1	-	-	1	-
(5) Objetiva	1	1	1	-	1	1
(6) Sinonímia	-	-	-	-	-	-

A primeira evidência que obtemos com este quadro é a de que as definições que apresentam uma extensão do sentido são as mais recorrentes: por exemplo, encontramos para *vermelho*, a acepção "diz-se de cantiga ou anedota picante, obscena" (p. 2062). Como foi constatado no dicionário Houaiss, os substantivos apresentam pelo menos uma acepção com uma definição objetiva. Duas características merecem observação: (1) o dicionário não apresenta possíveis sinônimos direto para os termos que designam cores, exceto quando esses termos sofrem extensão de sentido, como na acepção "afogueado, corado, rubro" para *vermelho*; (2) como exemplo de uma definição que procura expressar a delimitação ou a gradação da cor em um espectro, encontramos apenas a estrutura "a cor x em todas as suas gradações".

Abaixo, no quadro 4, apresentamos um levantamento das acepções para adjetivos no dicionário Aurélio (Ferreira, 2001):

Quadro 4 - As cores como adjetivos em Aurélio

	amarelo	azul	branco	preto	verde	vermelho
(1) Metáfora	1	1	2	2	1	1
(2) Metonímia	-	1	-	-	1	1
(3) Extensão	1	1	1	4	7	3
(4) Gradação	-	-	1	1	-	-
(5) Objetiva	-	-	1	1	-	-
(6) Sinonímia	-	-	2	2	-	-

Como vimos em Houaiss, o quadro acima parece demonstrar que as definições para adjetivos são baseadas em extensões do sentido. Para o vocábulo *verde*, encontramos "8. Fig. Tenro, fraco, delicado. 9. Fig. Relativo aos primeiros anos de existência (...) 12. Relativo ao uso ou à aplicação de princípios ou técnicas não-poluentes de exploração de recursos naturais" (p. 2060). Da mesma forma, ao contrário do que é constatado para substantivos, quando o termo funciona como um adjetivo, uma definição objetiva é encontrada apenas para *branco* e *preto*. Para *branco*, podemos encontrar: "1. Diz-se da impressão produzida no órgão visual pelos raios de luz não decomposta" (p. 358); e para *preto*, podemos encontrar "no sentido físico, o preto é a ausência de cor, como o branco é o conjunto de todas as cores." (p. 1636).

5. Conclusões

A partir dos levantamentos apresentados na seção anterior, podemos apontar pelo menos dois aspectos nas definições lexicográficas para cores:

(1) Quando os vocábulos se referem a *adjetivos*, há uma maior incidência de definições com extensão. Quando os vocábulos se referem a *substantivos*, encontramos também a extensão do sentido, mas ainda podemos verificar definições mais objetivas - características pouco regulares no caso de *adjetivos*.

(2) Não parece haver uniformidade ou sistematicidade entre as definições. Por exemplo, no dicionário Aurélio (1999), podemos encontrar para o vocábulo *preto* a definição: "no sentido físico, o preto é a ausência de cor, como o branco é o conjunto de todas as cores" (Aurélio, 1999, p. 1636). Entretanto, para o vocábulo *branco*, a comparação com *preto* não é indicada: "1. Diz-se da impressão produzida no órgão visual pelos raios de luz não decomposta" (Aurélio, 1999, p.

358). Outro exemplo é o fato de, tanto no dicionário Aurélio (Ferreira, 1999) como no dicionário Houaiss (2001), algumas definições para adjetivos não apresentarem o ponto em que a cor está situada no espectro.

Podemos dizer que esses aspectos indicam que não parece existir um padrão similar para as definições lexicográficas de vocábulos pertencentes ao campo semântico das cores, ao contrário do que tínhamos por hipótese. Isto é, as características são encontradas *de alguma forma* nos verbetes do mesmo dicionário, mas não são expressas *da mesma forma*. A partir dessa constatação, podemos nos perguntar novamente sobre os objetivos do fazer lexicográfico, ou, em outros termos, podemos definir qualquer objeto em sua completude?

Finatto afirma que:

o enunciado definatório, na sua dimensão mais geral, caracteriza-se por realizar uma delimitação. Mas, ao mesmo tempo, não se resume à colocação de limites. De outro lado, o modo como a delimitação *acontece* sofrerá variações em função das especificidades das diferentes áreas de conhecimento e também em função de outros fatores (FINATTO, 2003, p. 201, grifo da autora).

Portanto, não parece errôneo indicar uma tendência "em ir além da menção do *gênero próximo* e da *diferença específica*" (Finatto, 2003, p. 202, grifos da autora). Afinal de contas, "adotar ou requerer um padrão de formulação uniforme (...) seria uma medida pouco inteligente à medida que nos afasta da realidade da linguagem em geral" (Finatto, 2003, p. 202). É preciso lembrar que, assim como afirma Polguère (2003, p. 194, tradução nossa), "enquanto produtos da atividade humana, todos os dicionários são, de uma maneira ou de outra, incompletos e errôneos." Entretanto, esses detalhes não os desqualificam enquanto ferramentas indispensáveis para conhecimento e estudo do léxico de uma língua.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. "Lexicologia, Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais". In: OLIVEIRA, A. M. P. P., ISQUERDO, A. N. (orgs.) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001. P. 191-200.

DUBOIS, Danièle. Cultural beliefs as non-trivial constraints on categorization: evidence from colors and odors. *Behavioral and Brain Science*. 20, 2. 1997.

DUBOIS, Danièle. Categories as acts of meaning : the case of categories in olfaction and audition. *Cognitive Science Quaterly*. 2000, 1, 35-68. 2000.

DUBOIS, Danièle. Conceptualisations de la couleur: pratiques et denominations. In: *Iris, essence et sens des couleurs*. Nancy, França, 2005. Disponível em:<[www.ensaia.inpl-nancy-fr/iris/pdf/D_Dubois.pdf](http://www.ensaia.inpl-nancy.fr/iris/pdf/D_Dubois.pdf)>. Acesso em 01 Novembro 2006.

FERREIRA, A B. de H. *Novo Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A & VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.

KLEIBER, Georges. *La semántica de los prototipos: categoría y sentido léxico*. Tradução: António Rodriguez. Madri: Visor Libros, 1990.

KRIEGER, Maria da Graça e FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 165 p.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. "Semântica". In: MUSSALIM, F. ; BENTES, A. C. (org.) *Introdução à Lingüística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez. Vol.2, 2001.

POITOU, Jacques, & DUBOIS, Danièle. Catégories sémantiques et cognitives : Une étude expérimentale en sémantique lexicale. *Cahiers de lexicologie*, 74, 15-27. 1999.

POLGUÉRE, Alain. *Lexicologie et sémantique lexicale: notions fondamentales*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal. 2003

WEINREICH, U. "Definição lexicográfica em semântica descritiva". Trad. Maria Cecília P. Barbosa. *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.): 103-118, 1984.